

Os Times do Povo: Os grupos dos onze e a memória trabalhista em Santa Catarina

Diego Pacheco*

Resumo

Esse artigo busca compreender como os Grupos dos Onze se formaram e atuaram em Santa Catarina nos anos de 1963 e 1964. Com isso, pretende explicar os projetos políticos que estavam no horizonte desses trabalhadores, identificando, assim, o papel que o movimento desempenhou no período que antecedeu o Golpe de 1964. Este estudo discute a atuação de integrantes dos Grupos dos Onze que foram, durante o período, caracterizados como comunistas; no entanto, demonstraram-se simples trabalhadores urbanos e devotados partidários do PTB, cuja liderança no período era exercida por Leonel Brizola.

Palavras-chave: Grupos dos Onze. Brizolismo. Trabalhismo. Golpe de 1964.

As três décadas anteriores ao Golpe de 64 são caracterizadas pela construção de um pensamento que conquista boa parte dos movimentos de trabalhadores urbanos. Para compreendermos os grupos de trabalhadores brizolistas que acabaram formando os Grupos dos Onze, precisamos, necessariamente, mergulhar nos seus ideais e no pensamento que os norteava.

O pensamento em questão é o *trabalhismo* que, gestado desde a década de 1930, foi construído paralelamente à mitificação da figura do então presidente Getúlio Vargas. Numa escala mundial, trabalhismo pode ser considerado uma categoria para “conceituar a trajetória dos trabalhadores em busca de seus direitos econômicos, políticos e sociais.” (GOMES, 1989, p. 81). No Brasil, o trabalhismo surgiu da relação entre governo e trabalhadores, do diálogo, normalmente conflituoso, que gerou uma intervenção estatal na regulamentação do mercado de trabalho e no fomento de direitos trabalhistas.

Nessa discussão não utilizaremos a noção de populismo. Para a compreensão do período analisado há um forte debate entre pesquisadores que coloca trabalhismo e populismo em lados díspares. Um grupo

* Mestrando em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Rua João Nilo Morfim, número 302, Apto 403, Bairro Nossa Senhora do Rosário, São José, Santa Catarina; diegopacheco.hst@gmail.com

capitaneado pelo professor Jorge Ferreira da UFF defende a utilização de trabalhismo para avaliar a relação entre governo e trabalhadores entre as décadas de 1950 e 1960. A definição de trabalhismo higienizaria os estudos do período da noção de populismo e serviria para demonstrar como os trabalhadores também participaram do processo. Esses estudos vão contra uma tradição intelectual que avaliava diversos contextos dentro da história brasileira com a chave do populismo. A fórmula era simples: um proletariado inconsciente e um líder carismático que rege a situação social por intermédio da mediação entre as classes (FERREIRA, 2001).

Apesar de rejeitar a mesma chave interpretativa, um grupo de estudiosos tendo como objeto de estudo o estado de São Paulo não reconhece na noção de trabalhismo uma categoria que possa suplantar a noção de populismo (DUARTE; FONTES, 2004, p.116). Segundo essa vertente, não podemos descartar totalmente o conceito, devemos mostrar seus problemas reutilizando a noção, ou seja, não poderíamos jogar “a criança junto com a água do banho”. (NEGRO, 2004, p. 17). Dessa forma, a categoria é utilizada para explicar a relação de algumas correntes políticas paulistas com a população. Nesse sentido são importantes os trabalhos dos professores Adriano Duarte e Paulo Fontes.¹

Não acredito que possamos limpar essa noção; seu uso, por si só já demonstra, a meu ver, uma crença na cooptação da classe trabalhadora e o uso de uma característica política repugnante, a demagogia.² Também não acredito que o conceito possa ser substituído por trabalhismo. O que há, e isso são encontrados em abundância nas fontes do período, é a utilização de uma retórica trabalhista. Uma fala encontrada tanto na classe trabalhadora quanto nas camadas que a representam dentro da política partidária.

Com o fim do Estado Novo essa retórica trabalhista é oficializada por meio da montagem de um partido próprio, o PTB. Com o partido político esse pensamento se fortalece, mas levou consigo a sombra de Vargas da qual não mais se desgarrou, mesmo após 1954. Dessa forma, não podemos entender o pensamento dessas classes trabalhadoras apenas pelo trabalhismo. Não há dúvida que o trabalhismo brasileiro confunde-se com o *getulismo*. O mito de Vargas foi montado a partir do nascimento e fortalecimento do Ministério do Trabalho e sua vinculação com o movimento sindical brasileiro, além, é claro, da promulgação de diversos direitos sociais.

No final da década de 1950 o movimento trabalhista se transformou. Com o nascimento de novas lideranças, o PTB e o trabalhismo caminharam para uma modificação nas bases da sociedade brasileira. Nesse ínterim

Brizola é uma figura a ser estudada. O governador gaúcho, mediante a estatização de empresas americanas e expropriações de terras, chamou a atenção de uma geração de trabalhadores getulistas que, principalmente a partir do episódio da Legalidade, deram um rumo diferente ao movimento trabalhista, uma direção política mais radical.

Termos, como "*trabalhismo*", "*getulismo*" e "*brizolismo*" são as palavras-chave nessa discussão que demonstra a formação ideológica de grupos que se mobilizaram em direção à construção de uma plataforma política que consolidaria as forças políticas e que aplicaria as reformas de base tão sonhadas por esses grupos de trabalhadores.

A experiência de classe adquirida desde a ascensão de Getúlio Vargas é essencial para compreendermos as motivações das classes trabalhadoras para o engajamento desses em grupos de apoio às reformas. Utilizaremos aqui o conceito de experiência empregado pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson. Para ele, a ideia de classe social não é definível apenas em termos econômicos, ela também é caracterizada pelo acúmulo de experiências entre os indivíduos. Todas as sensações de ganhos ou perdas sociais pelas classes trabalhadoras no decorrer dos processos históricos são somadas na aquisição de consciência classista. Nesse sentido, classe social não pode ser uma categoria apresentada de forma estática, essa classe é o resultado dessas experiências em comum. Para o autor:

Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e des-historizada do que a categoria de classe social; uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são autores, mas os vetores. (THOMPSON, 1981, p. 17).

No fragmento citado, Thompson tem como foco uma crítica ao marxismo estruturalista de Althusser, mas sua discussão nos auxilia significativamente na análise dos grupos de trabalhadores que se engajaram politicamente no início da década de 1960. Nessa direção vemos esses trabalhadores com objetivos em comum. Objetivos fundados nas reações motivadas a partir das mudanças e dos conflitos sociais. Regina Célia Linhares simplifica a formulação da experiência thompsoniana de classe, afirmando que "[...] as regularidades nas relações e idéias de homens e mulheres, operando durante um expressivo período histórico e unificando acontecimentos desconectos, é a expressão da experiência de classe como fenômeno histórico." (HOSTINS, 2004, p. 4).

Dessa forma, verificamos que a gestação do pensamento que norteava as pessoas que formaram os Grupos dos Onze foi cultivada a partir do Estado Novo. As mudanças e a regularidade nas relações e ideias desses homens e mulheres foram constituídas paralelamente à formação do trabalhismo.

Com a liderança de Leonel Brizola e com a criação, em plano nacional, de grupos contrários ao governo de João Goulart e as reformas, foi formatado um movimento que servia como estratégia de aglutinação entre os trabalhadores que apoiavam as reformas de base. No final de 1963, o então deputado federal Leonel Brizola lança os Grupos dos Onze.

Os Grupos dos Onze são utilizados por alguns historiadores como argumento para demonstrar que a radicalização das esquerdas levou a uma radicalização das direitas e, conseqüentemente, ao Golpe Civil Militar de 1964. Tal análise pode ser encontrada em Jorge Ferreira ou mesmo nos livros já clássicos de Elio Gaspari (FERREIRA, 2004; GASPARI, 2002). Porém, mesmo com sua utilização nessa argumentação, os estudos sobre os Grupos dos Onze dificilmente são aprofundados e os estudos sobre esse objeto são praticamente inexistentes, especialmente em Santa Catarina, onde o número de brizolistas torna-se considerável na década de 1960.

Quando tratados pelos pesquisadores, os Grupos dos Onze são analisados com o foco nos acontecimentos posteriores ao golpe. As análises são feitas com o objetivo de compreensão dos traumas, das lembranças, das mágoas, ou seja, das conseqüências que os membros, individualmente, sofreram pelos órgãos repressores após o desmembramento dos grupos.

Iniciaremos nossa análise expondo a formação dos Grupos dos Onze em nível nacional, discorrendo a respeito das principais fontes de divulgação e comunicação dos grupos: a rádio *Mayrink Veiga* e o semanário *O Panfleto*.

Além disso, tentaremos compreender por intermédio de fontes orais e de fontes impressas como os grupos atuaram em Santa Catarina. Para isso utilizaremos o exame de diversos grupos pelo Estado. Brusque, Herval d'Oeste, Ituporanga e Criciúma são as cidades comparadas para que possamos compreender de uma forma mais ampla as características dos Grupos dos Onze em Santa Catarina.

Sabemos que toda a generalização é perigosa e merece uma crítica mais cuidadosa. Contudo, para respondermos com melhor eficácia uma pergunta ampla e complexa, vimos a necessidade de tomar alguns grupos espalhados pelas mais diversas regiões do Estado como exemplares para nossa argumentação e, a partir da comparação entre eles, buscar uma resposta mais completa e ampla para o problema.

Para o aprofundamento das questões relativas ao movimento, achamos necessário o exame de questões fundamentais para a identificação deles como agentes políticos do período pré-golpe. Entre elas discutiremos e apresentaremos a formação dos grupos catarinenses, os ideais e as relações sociais dos membros.

No final do ano de 1963 o Brasil passava por uma forte crise política e econômica que corroía as bases sociais do país. A crise de 1961 e o sucesso da resistência liderada pelo governador Leonel Brizola provocou nas esquerdas a confiança de que a pressão popular forçaria a aprovação das reformas de base.

Inspirados nos acontecimentos de 1961 a ala compacta do PTB, aproveitando o discurso brizolista, promoveu a veiculação dos discursos de Brizola, todas as sextas-feiras, às 21h, em programas da rádio Mayrink Veiga. Com o sucesso do programa, emissoras de diversos Estados se filiaram à rádio e formaram a *Cadeia do Esclarecimento* (LEITE FILHO, 2008, p. 251).

Brizola utilizou um expediente que fora importante na resistência ao golpe de 1961. A ligação direta do líder com as massas já mostrara sucesso naquele episódio. Não era a primeira vez que o rádio era utilizado dessa forma. Anteriormente, foi fundamental na formação e consolidação do mito de Getúlio Vargas. Por intermédio de programas, como a *"Hora do Brasil"* e a fala aos trabalhadores produzida pelo Ministro Marcondes Filho, as ideias e projetos para os trabalhadores são lançados diretamente para o operariado urbano.

Tal expediente brizolista provocou reações nos jornais catarinenses, que já em 1963 criticaram as falas de Brizola na Mayrink Veiga. Revelando as divergências ideológicas em relação ao deputado gaúcho. Títulos, como *"Brizola incita a subversão"* e *"Brizola agitador"* (A GAZETA, 1963a). demonstram a preocupação com a influência brizolista no estado catarinense e a repercussão das falas do deputado entre os trabalhadores do estado.

Ocupando o microfone da Mairink Veiga, o deputado Leonel Brizola concitou os trabalhadores a uma ação imediata contra os "reacionários", afirmando ser necessário fazer-se uma mobilização imediata a favor de reforma da Constituição, para poder fazer a reforma agrária. Acrescentou ser preciso que a reforma venha imediatamente, antes que venha a revolução. Não disse, porém, de onde partirá e quem comandará o movimento subversivo, de sorte que os comentários a respeito não lhe têm sido muito favoráveis. (A GAZETA, 1963b).

Os programas da Cadeia do Esclarecimento tinham como objetivo a elucidação do público em geral em assuntos da economia e política nacional e internacional. De forma incendiária e de fácil assimilação popular, os discursos

de Brizola utilizavam expedientes como a exemplificação direta de preços de produtos: “O brasileiro dorme, hoje, com uma nota de mil cruzeiros na mesa de cabeceira, e só 999 cruzeiros quando levanta de manhã” (Idem).

A identificação do conservadorismo do congresso nacional fez com que o deputado Brizola passasse a radicalizar os discursos apresentados e a conclamar a população para ir às ruas e exigir de forma imediata as reformas.

As movimentações dos setores da direita demonstravam que novamente o processo democrático estava em risco. As reformas pareciam que não seriam aprovadas e uma atmosfera golpista pairava no ar. Não eram apenas as reformas que estavam em risco, o próprio processo democrático estava ameaçado. Acreditava-se que uma ação popular mais contundente e enfática poderia apressar as reformas e impedir uma ação conservadora que limitasse os ganhos sociais.

Com esse intuito, por meio da Cadeia do Esclarecimento na Rádio Mayrink Veiga, Brizola conclamou a população a organizar-se em grupos de onze pessoas. A definição de onze membros ocorreu com inspiração em um time de futebol. O esporte mais popular do Brasil serviria como alegoria para a compreensão rápida por parte da população dos objetivos do grupo. Esses “times do povo” deveriam ter um “capitão”, que lideraria os grupos, com o objetivo de lutar pela manutenção democrática e pelas reformas de base.

A Rádio não era o único veículo de comunicação brizolista. Em 1964, o semanário “*O Panfleto – o jornal do homem de rua*” surgiu como a fonte de comunicação impressa dos grupos, além de mais um manancial de discurso brizolista. A popularidade do jornal foi rápida e com apenas sete edições já possuía uma tiragem de 200 mil exemplares (KUCINSKI, 2003, p. 9).

Com *O Panfleto*, os Grupos dos Onze passaram a ter um regimento próprio, documentado. Os *Comandos Nacionalistas*,³ como também eram chamados, começaram a ser esboçados no semanário. No documento em questão ficam mais claros os objetivos dos grupos: 1) Defesa das conquistas democráticas; 2) pela implantação imediata das reformas de base; 3) pela libertação nacional da espoliação internacional (O PANFLETO, 1964a, p. 14-15). Ou seja, os Grupos dos Onze surgiram com o receio de um golpe contra o governo legalmente constituído, ao mesmo tempo que se formaram como uma maneira de pressionar o mesmo governo a aprovar e agilizar as tão solicitadas reformas de base.

Além dos objetivos dos Grupos dos Onze, o semanário publicou também as atas para formação dos comandos, que deveriam ser preenchidas e encaminhadas para a Rádio Mayrink Veiga. Nesta ata fica claro o

envolvimento dos grupos brizolistas com o getulismo. Nela, a carta testamento de Getúlio Vargas é o marco fundador e orientador.

Nesta data, estamos também comunicando ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária), e a libertação de nossa Pátria da espoliação Internacional, conforme a denúncia que está na Carta-testamento do presidente Getúlio Vargas.⁴

No próprio jornal, o sucesso da campanha de formação do movimento é evidenciado. Com o sucesso da organização, o jornal já projeta um número de 100 mil Grupos dos Onze pelo Brasil.

A Organização dos “comandos nacionalistas” atingiu um ritmo que supera de muito as previsões mais otimistas, nas últimas duas semanas, a média de cartas comunicando a organização de grupos subiu para 300 (trezentas) por dia útil. [...] Com base nos G11 já organizados ou em organização, calcula-se, que até junho-julho, seja atingida a meta prevista pelo Comando nacionalista, de 100.000 grupos em todo o país. (O PANFLETO, 1964b, p. 4).

A meta possivelmente não foi atingida. A divulgação dos números de adeptos da organização provocou preocupação nos setores mais conservadores da sociedade. As pressões pelas reformas e a crescente mobilização popular precisou ser interrompida. Os Grupos dos Onze foram desmobilizados sem registros de resistências armadas.

Os estados com maior número de grupos formados oficialmente eram o Rio Grande do Sul, Guanabara e São Paulo. Estados com um nível populacional bastante superior ao de Santa Catarina que, em número de grupos, era suplantado ainda por outros estados da federação. Porém, o brizolismo criou raízes no estado catarinense e a figura do ex-governador do estado vizinho aparece com grande influência na população.

Em Santa Catarina, o golpismo cívico-militar já estava fixado desde a renúncia do presidente Janio Quadros. Esse “vírus do golpe”, como salienta o historiador Valmir Martins, é alimentado pela imprensa, principalmente da capital, por intermédio dos jornais *O Estado*, vinculado ao PSD, e *A Gazeta*, influenciada por membros da UDN (DIAS, 1989, p. 130). Esses jornais tiveram papel significativo na formação golpista e utilizaram frequentemente os Grupos dos Onze como chamarizes para mobilização de grupos civis contra a “onda vermelha”. Tais jornais são uma excelente fonte para compreendermos o processo de repressão. Florianópolis, como centro administrativo do Estado possuía todo o comando dos órgãos repressores.

Igreja, governo e forças armadas possuíam seus líderes na capital catarinense e esses jornais eram uma de suas fontes de informação. Além de, logicamente, reproduzirem seus ideais e projetos políticos.

Brizola, por diversas vezes, criticou o governo de Celso Ramos e sua atitude durante a Campanha da Legalidade de 1961. As críticas de Brizola ressoaram na mídia impressa do estado que, rapidamente, saiu em defesa do governador. Apesar de defender os políticos do executivo estadual, os órgãos de imprensa comprovam a tendência das forças militares estaduais em não aceitarem a posse de Jango. No jornal *O Estado*, de 15 de janeiro de 1964, sob o título “Os ‘Queijos’ do Sr. Brizzola (sic)”, o jornalista Rubens de Arruda Ramos justifica a ação do governo catarinense:

Aquela época, como governador do Rio Grande do Sul, encontrava-se ele [Brizola] ao lado de todas as forças militares e armadas de seu Estado, enquanto em Florianópolis prontamente fora localizado o dispositivo militar e armado contrário a posse do presidente Goulart. O que irritou, na ocasião, os brizzolistas [sic], foi a circunstância de o governador Celso Ramos não haver aderido ao Sr. Leonel Brizzola[sic], mas a constituição, colocando-se entre os que procuravam aquilo que afinal foi encontrado: uma solução constitucional para a crise. Que o Sr. Brizzola deblatere por aí afora contra o seu cunhado e contra todos – vá lá, que estamos em uma democracia. Mas a verdade histórica, sobre os fatos de ontem, não pode ser adulterada, como seus “queijos” por aí vendidos.

Vemos aí uma forte reação a uma conhecida corrente política dentro do estado. Os “brizzolistas” não poderiam alterar a “verdade histórica”. Deveriam entender a posição do governador do estado. Contudo, os jornais não estão apenas na “defensiva”. Os órgãos dos partidos dominantes e da elite estadual atacaram diretamente os brizzolistas. Já no primeiro dia do ano de 1964, *A Gazeta* publicou uma matéria sobre o novo ano, e conclamou todos para “esmagar” os Grupos dos Onze que aparecessem. “Somente é preciso que estejamos prontos e equipados para a luta. O plano do golpe está sendo pensado pelo alto comando revolucionário, que nos passará as ordens. Se o grupo dos 11 resistir, precisamos esmagá-los (sic).” (*A GAZETA*, 1964a).

O próprio jornal já demonstrava o nível de concentração que os golpistas de 1964 haviam chegado ao fim de 1963. O chamamento para que todos estejam “prontos e equipados para luta” evidencia o desprezo pela democracia política que tomou conta de certos segmentos da direita. O pequeno texto acima confirma a hipótese de que o golpe civil-militar não somente estava sendo arquitetado, como também era apresentado como uma possibilidade concreta e necessária para o público em geral.

Fica evidente que a entrada de pessoas nos Grupos dos Onze aconteceu exatamente com a ideia de contrapor o golpe que estaria em desenvolvimento. Muitos dos membros dos grupos foram instigados a participar da organização pela necessidade de se opor ao movimento que viam em setores conservadores. As manifestações católicas eram um exemplo claro desse tipo de atividade. O torneiro mecânico Aliatar da Silva, membro do Grupo dos Onze de Brusque deixa muito claro o que o motivou a ingressar no grupo.

Naquela época a gente percebia que existia um movimento católico que estava se manifestando contra o governo, inclusive jornalistas. Como éramos jovens, queríamos uma agitação diferente. Eu sempre fui brizolista. Sempre fui Brizola, sempre fui Jango. A gente pensava em ser uma formiguinha do Brizola. (SILVA, A., 2009).

Para o coordenador dos grupos em Santa Catarina, Manoel Dias, o movimento foi modelado com o objetivo de formar uma base popular partidária, criando assim um clima popular de resistência e apoio às reformas.

Os Grupos dos Onze foram, para Manoel Dias, um movimento de mobilização de bases partidárias. Segundo ele: "o objetivo era criar núcleos, hoje nós damos o nome de núcleo. Para você politizar, para você discutir, você precisa ter um ambiente para isso. Para isso você precisa organizar um núcleo. O núcleo chamava-se Grupo dos Onze." (DIAS, 2009). Assim, o movimento surgiu como uma tentativa de conter o golpe através da mobilização popular na campanha pelas reformas. "A sociedade civil organizada, os trabalhadores, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais estavam na rua e culminou com a organização dos Grupos dos Onze que era uma forma de organização para sustentar essa campanha politicamente." (DIAS, 2009). Dessa forma, o Grupo dos Onze nada mais era do que uma tentativa de "criarmos uma organização para que ela praticasse a discussão política. E através da discussão política convencer as outras pessoas, mostrando o caminho que era as reformas de base." (DIAS, 2009).

Apesar de suas ligações partidárias, Dias demonstra em sua fala que os grupos eram apenas uma movimentação das bases partidárias do PTB.

Dessa forma, com a expectativa de uma ruptura constitucional por parte da direita os Grupos dos Onze são formados, cada vez mais, como uma maneira concreta de mobilizar politicamente um grande contingente de pessoas. Com isso, o movimento ganhou um sentido que iria além, os grupos teriam potencial para renovar as bases político-partidárias do Brasil.

Gérson Jurandir da Silva, telegrafista de Herval d'Oeste, ao referir-se aos objetivos do Grupo dos Onze daquela cidade, afirma que "[...] o grupo

tinha proposta de fazer uma revolução cujo resultado seria o Estado de direito, por que de direito de Estado o Brasil estava cheio, então queríamos o Estado de direito.” Essa revolução, segundo ele, seria feita da seguinte forma:

Reforma política de baixo pra cima. Nessa reforma o título de eleitor só valeria se estivesse com o nome do partido. Assim seria uma oportunidade de politizar o Brasil, que seria exemplo pro mundo todo. Outro ponto que queríamos que acontecesse era a transformação das forças armadas em universidades para que o povo que vivia no Brasil tivesse oportunidades. Para que não fossem vistos de cima para baixo, de longe, pelos políticos. (SILVA, G., 2009).

Logicamente identificamos na fala do senhor Gérson, ideias que provavelmente foram discutidas pelo seu grupo de forma individual, que não devem ser consideradas como um planejamento de outros segmentos do movimento. Mas a importância de sua fala é que revela aspirações políticas que são comuns nos entrevistados como, por exemplo, o ideal de transformação política popular, na qual membros trabalhadores tivessem voz nos meandros de partidos políticos.

Outro ponto importante é a educação. Ao analisarmos as falas percebemos que a questão educacional era fundamental para que as classes sociais pouco favorecidas parassem de serem vistas “de cima para baixo” e de “longe” pelos políticos. Além disso, ele esclarece os problemas que enxergava no cenário político brasileiro, ratificando a falência dos partidos políticos da época.

A lei diz que para que um partido político exista ele precisa ter uma legenda, uma filosofia e um plano de governo. Os partidos não têm nenhuma dessas. Assim sendo, eles não existem, simplesmente não existem. O Brasil é como se fosse um parque em que cegos conduzem cegos. (SILVA, G., 2009).

A ligação dos membros com o trabalhismo também fica evidente em todos os depoimentos. Nas entrevistas verificamos nos membros dos grupos sempre uma aproximação direta com as ideias trabalhistas. Getulismo e brizolismo estão diretamente ligados com as formações dos grupos.

Na região de Criciúma, o mineiro Lourival Nunes de Mello, Seu Loro, como era conhecido, foi o presidente do Grupo dos Onze. Seu Loro retoma a percepção de que havia um movimento da direita que estava sendo formado para uma quebra constitucional e nos informa que junto com isso, o carisma de Brizola foi fundamental. Ele relata um trecho de uma reunião do grupo onde falara das possibilidades do movimento.

Nós aqui nos organizamos. Por que nós sabíamos que o militar vinha em cima de nós. Contra o trabalhador. Então

nós nos organizamos e fizemos o comando de onze. Nós mesmos organizamos o grupo, a pedido do Brizola. A pedido do PTB. Eu disse para eles assim: - este Comando de Onze ele não vai ficar no sindicato. É com muito prazer que eu vou ser presidente deste comando, por que eu quero ter relação com o Brizola. Quero ter relação com este país todo, né? (PHILOMENA, 2005, p. 154).

Esse movimento das elites, mencionado por Seu Loro, poderia ser notado claramente nos jornais. As reformas de base chegaram a ser comparadas pelo jornal *A Gazeta* de 17 de março de 1964 com as alterações na constituição alemã produzida por Hitler.⁵ Somente a luta poderia impedir que tais alterações fossem feitas.

Ouve-se hoje, não somente nos baixos ativistas de pregações interesseiras, como também nos cimios comprometidos pela responsabilidade e pelos juramentos solenes que o povo está acima da constituição e que as leis não vigem para o presidente da República. Foi assim na Alemanha, quando a sua constituição, tida como o documento mais primo de seu tempo, ao revés de ceder à adaptação e ao reexame, cedeu a Hitler. Armemo-nos de Democracia para a legítima defesa da pátria. (A GAZETA, 1964b).

Perguntado sobre os motivos que o levaram a ingressar no Grupo dos Onze de Brizola, Seu Loro discorre sobre seu lado “revolucionário”.

Eu fiquei revolucionário por causa do trabalho que eu passei [...] e eles não olhavam para o trabalhador. Você entende? Você vê que fundavam uma mina, quatro homem ficava rico, poderoso, botando os pés por cima dos outros [...] e tudo que trabalhava com ele ficava pobre! Então eu fiquei revolucionário de tanto apanhar na cabeça! (A GAZETA, 1964b).

O pensamento trabalhista também aparece manifestado nas falas de Aliatar que demonstra a sua aproximação de ideais com as dos líderes trabalhistas de então. Esse vínculo comumente é associado diretamente com a figura de Getulio Vargas, demonstrando toda a transferência de capital político de Getulio para Brizola, ou seja, a ligação direta, que já discutimos anteriormente, entre getulismo e brizolismo.

Meu pai foi o primeiro policial militar que veio destacado de Florianópolis pra cá [Brusque]. Ele era da época de Getúlio Vargas e por influência do meu pai eu fiquei adepto do Getúlio. Antes do Getúlio falecer ele queria deixar o PTB para o Brizola. Acabei optando pela figura do Brizola, uma opção política. (SILVA, A., 2009).

Outro personagem que demonstra suas ligações getulistas é o Sr. Gérson. Ele explica que a entrada das pessoas no Grupo dos Onze se devia

à identificação que todos adquiriram pelo inflamado discurso brizolista. Mesmo com o trabalhismo e o getulismo completamente impregnados entre esses trabalhadores, essa identificação muitas vezes foi formada por experiências próprias e individuais.

Eu fui crescendo, não tinha mais estudos, aí nós nos mudamos para Herval d'Oeste. Lá eu pude usar uma bolsa de estudos no Colégio Marista que o meu pai havia ganhado de Getúlio Vargas quando em 32 ele chefiou o trem de Getúlio. (SILVA, G., 2009).

A criação do grupo em Ituporanga não é diferente. Para o agricultor José Álvaro Laurindo os objetivos e a forma de atuação do grupo era basicamente política. Ele reforça a ideia de movimentação nas bases partidárias do PTB.

O grupo dos 11, eram 11 homens como tinha na igreja, tinha os homens grupo dos 11, do candidato, da política, homens de confiança do candidatos, e era pra ser os homens deles pra ir preparando o terreno, pra conseguir se eleger, qualquer coisa, pra ser os homens de confiança dele na política, pra trabalhar pro Brizola. (LAURINDO, 2005).

Podemos afirmar que os comandos nacionalistas atuavam, basicamente, com discussão política. Tentativas de disseminar o pensamento brizolista e, dessa forma, incentivar a criação de novas unidades, faziam parte do cotidiano desses membros.

O Grupo dos Onze, nas palavras de Gérson da Silva, era "uma renovação das mentalidades políticas nascendo no Brasil." No caso de Herval d'Oeste, o grupo foi formado através da rede ferroviária. Cada estação da estrada de ferro possui um aparelho de telefonia seletiva.⁶ Através desse sistema foram feitas as comunicações entre os membros do grupo. Gérson aprofunda como ocorriam as comunicações do grupo: "Em determinada hora todos iam para as estações e levantavam os fones. Não havia reuniões de corpo presente." (SILVA, G., 2009).

O caso do Oeste é singular, pois revela uma dificuldade a mais para reuniões presenciais. Contudo, verificamos, também, uma maior facilidade de organização, pois esse trabalhadores eram filiados ao sindicato dos ferroviários e tinham a sua disposição tecnologias de telecomunicações que facilitavam suas atividades. Em virtude do sindicato e da estrada de ferro, o Grupo dos Onze de Herval d'Oeste teve repercussões na imprensa. Na matéria "O Grupo dos 11 de Herval d'Oeste" o nome dos membros é listado:

A Polícia carioca está de posse de amplo material subversivo que dá conta da constituição de "grupo de 11", em nosso Estado. Com a prisão de um líder comunista, constatou-se o seguinte: As atas de constituição dos

“Grupos de 11” eram de cidadãos de Herval D’oeste em Santa Catarina, Umuarama, no Paraná e Uruguai em Santa Catarina.

(...) em Santa Catarina, o chefe era o Sr. Gerson Jurandir de Souza, e seus membros Neudi Jacinto, Antônio dos Santos, João dos Santos, Odácio dos Santos, Leci Jacinto, José Valdemar Ferreira, Carlindo dos Santos, Ireo Rodniski, Dirceu dos Santos e Domingos Gonçalves. Todas as atas vieram acompanhadas de cartas solicitando ao Sr. Leonel Brizola o envio de instruções e material de propaganda. (A GAZETA, 1964c).

Os Grupos dos Onze geralmente são tratados pela imprensa escrita da época como milícias ou grupos armados que estariam servindo de embrião para uma revolução que destruiria a “democracia” e a “liberdade” no país. Entretanto, ao estudarmos os Grupos dos Onze em Santa Catarina vemos que tal visão não se sustenta. As fontes indicam exatamente o contrário. Os grupos não apenas não estavam armados como não teriam condições técnicas de utilizar o armamento.

Nas entrevistas fica claro que não havia programações para encontros ou tarefas que dessem um sentido de ações políticas mais enérgicas. O que vemos são grupos de discussões que objetivavam a modificação nas bases partidárias.

De vez em quando dávamos um panfleto daqui, um panfleto de lá. Como todos eram empregados e eu era autônomo, eu tinha mais liberdade para sair à hora que eu quisesse. Mas não houve nenhuma programação. Era só distribuição de panfletos sobre a vida do Brizola, sobre o que ele pretendia, etc. (SILVA, A., 2009).

Ao contrário do mito construído ao redor dos Grupos, Manoel via o movimento como uma tentativa de garantir o processo democrático. Era um movimento que se organizaria com o intuito de resistir ao golpe, porém, esse tipo de organização não chegou a ter sucesso (DIAS, 2009).

Mesmo assim fica evidente a influência que a conjuntura internacional, em especial a Revolução Cubana teve entre os organizadores e líderes do movimento. Basta lembrar que Brizola, em 1961, teve contato com líderes da Revolução, inclusive com Ernesto Che Guevara. A influência da Revolução Cubana era direta. Dias vê no movimento revolucionário cubano uma referência ideológica para a esquerda brasileira do início da década de 1960.

A Revolução Cubana era para nossa geração um símbolo de liberdade. O grande mito na época, e ainda hoje, é o Che Guevara. A luta toda empreendida por ele até chegar à Revolução Cubana foi uma coisa espetacular. Então os grandes ídolos da nossa geração foram o Guevara, o Leonel Brizola, o Fidel Castro. Claro que uma coisa influencia na outra. Nada se cria tudo se copia. (DIAS, 2009).

As ligações dos Grupos dos Onze com outros movimentos da América Latina não param por aí. O jornalista Leite Filho, no livro *El Caudillo*, faz uma interessante ligação dos grupos brasileiros do início da década de 1960 com os *Comitês Bolivarianos* da Venezuela em 2002.⁷

Se tivessem sido criados – e operados – com mais antecedência, os Grupos dos 11 poderiam, por causa de seu poder de mobilização, ter evitado ou dificultado o golpe, cujo sucesso é atribuído principalmente à falta de uma mobilização consistente por parte do regime deposto. Na Venezuela, 40 anos mais tarde, o Presidente Hugo Chávez, também deposto por um golpe cívico-militar-midiático, em 11 de abril de 2002, foi resgatado e reinstalado no poder, menos de 48 horas depois da eclosão do golpe, pelos seus Comitês Bolivarianos.

Os Comites Bolivarianos, que tinham mais ou menos as mesmas características dos Grupos dos 11, conseguiram mobilizar quase um milhão de pessoas nas ruas de Caracas e de outras cidades do país para exigir – e obter – a volta do presidente Chávez. (LEITE FILHO, 2008, p. 256).

A ligação entre os movimentos latino-americanos de mobilização popular não são objeto deste estudo, mas merecem ser analisados com maior acuidade pela história comparativa, pois o aprofundamento das ideias de formação desses grupos indica relações próximas.

A revolução Cubana não influenciou apenas os brizolistas. Vários segmentos da esquerda tiveram forte influência do movimento caribenho. Devemos analisar quais as relações que essas facções tiveram com os brizolistas.

No início do ano de 1964, o trabalhismo brizolista, e, conseqüentemente, a própria imagem de Brizola, fortificado por espaços próprios em meios de comunicação de massa, atravessa os movimentos estudantil e sindical, a baixa oficialidade das forças armadas, aglutina setores mais radicais do movimento nacionalista e atrai a Ação Popular (AP), a Política Operária (POLOP)⁸, o grupo compacto do PTB e os mais à esquerda do PCB (MORAES, 1989, p. 79).

A própria cartilha do grupo articulava a participação de diversas outras facções da esquerda nos grupos. A historiadora Elenice Szatkoski revela essas cartilhas em sua dissertação de mestrado. Nela, organizações como Frente de Mobilização Popular (FMP), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), União Nacional de Estudantes (UNE), organização dos Sem-Terra, “Ligas Camponesas” e outras organizações deveriam participar dos grupos com o objetivo principal de “consolidar e cimentar a unidade das forças populares e progressistas, de nacionalistas civis e militares, de todos os getulistas e trabalhistas que se consideram convocados pela CARTA DE VARGAS.” (SZATKOSKI, 2003, p. 105).

Aqui novamente vemos a Carta Testamento de Vargas como documento fundador do novo ideário trabalhista. Segundo a cartilha dos grupos, a esquerda deveria utilizar a carta como referencial para todas as facções da esquerda brasileira. Temos de analisar, porém, como ocorreu essa relação com as outras esquerdas.

Durante a pesquisa verificamos que tais aproximações somente aconteceram após o golpe. Basicamente a conexão entre esses grupos era inexistente, pelo menos nos grupos estudados. Normalmente essas vinculações são feitas por segmentos da Igreja católica e pela imprensa escrita, que estigmatizam os membros conhecidos dos grupos como “comunistas”. Contudo, no trato com as fontes, não aparecem articulações entre os Grupos dos Onze e o Partido Comunista. As confluências entre eles são apenas aproximações retóricas, oriundas das propagandas antijanguistas e realizadas com o intuito de desqualificar os movimentos de esquerda.

Para Manoel Dias, o Partido Comunista e os brizolistas tinham um problema a resolver. Era que “o partido (referindo-se ao PC) tinha uma ciúmeira do Brizola, pois ele surgiu como uma grande liderança popular.” (DIAS, 2009). Na frase de Dias verificamos que o espaço político disputado entre Brizola e o Partido Comunista era o mesmo. O trabalhismo age no mesmo bloco de eleitores que os comunistas: os trabalhadores urbanos.

As consequências do pós-golpe são de generalização dos grupos e acusações de militância comunista para todos. Os entrevistados relatam inclusive dificuldades para conseguir um emprego depois do conhecimento público de participação nos Grupos dos Onze.

Eu trabalhei como operador na central de tratamento de água. Tinha algumas pessoas que diziam: “Ah, o fulano está trabalhando lá. Qualquer dia desse ele pode colocar veneno na água e matar uma porção de gente.” Aquele grupo da pátria, família e liberdade eram meio contra mim. Eu fui o primeiro operador da estação e o pessoal comentava que isso era perigoso. Mas tinha um senhor que conhecia o meu pai que disse “eu confio em ti, vou te dar o emprego e tu vai trabalhar lá como operador”. (SILVA, A., 2009).

Em outra cidade do Vale do Itajaí a situação se demonstra a mesma. A ligação com o comunismo foi sempre associada aos Grupos dos Onze pelas facções conservadoras. Em Ituporanga, a relação com os outros membros das esquerdas era completamente inexistente. As outras facções progressistas somente aparecem por intermédio da insinuação dos membros da Igreja.

[...] eles mesmo taxavam ele [Brizola] como comunista, e hoje eles mesmo dizem que o Brizola era o melhor homem do Brasil, e foi aquilo o frei Pedro foi a Curitiba de-

nunciar, que eu queria matar ele e pendurar ele na torre da igreja, ferra o povo, e o frei Pedro, que eu queria entrar a cavalo na igreja, foi lá em Curitiba dar esses depoimentos falsos, mentirosos, que não houve. (LAURINDO, 2005).

Normalmente o que distanciava os membros dos grupos com os comunistas era a religião. Todos os entrevistados eram católicos que frequentemente iam à Igreja. A própria religião e as pregações religiosas devem ser consideradas, pois também influenciavam consideravelmente as pessoas que atuavam politicamente nos grupos. No Sul do Estado, Seu Loro descreve a relação entre religião e política. A aproximação com o sindicato e com o PTB somente ocorre com o respaldo papal. Seu Loro revela que a Encíclica *Mater Et Magistra*⁹ era uns dos principais documentos de orientação política. Relatando os problemas que teve após o Golpe, Seu Loro conta o que fez com seus livros.

Mas os meus livrinhos de orientação apodreceram tudo. Fui obrigado a colocar num saco e enterrar! E eu tinha a Encíclica que foi soltada pelo Papa João XXIII. A Encíclica *Matri Etri Magistra*. Então a Encíclica dizia para nós direitinho como é que nós deveria se comportar no sindicato. Foi escrito pelo papa. Daí eu virei um sindicalista e político (Idem, p. 157).

Assim, os setores conservadores da mesma Igreja que os incentivava a interferir nos problemas práticos e materiais os perseguiam com a acusação de comunismo. A relação direta entre os membros dos grupos e militantes comunistas e revolucionários foi imediata, mesmo antes do golpe. "O exército se apressou em nos taxar como revolucionários e bárbaros, amparados pelo poder da Mitra.¹⁰ Toda a religião católica nos taxava de comunistas por ordem da Mitra. Foi uma grande força do lado deles." (SILVA, G., 2009).

Porém, ao perceberem um aumento da movimentação dos grupos reacionários e a proximidade de um Golpe ao governo, Manoel Dias demonstra que o armamento chegou a ser proposto e foi defendido por vários membros, mas nunca colocado em prática.

Muitos defendiam que os Grupos fossem armados, eu pessoalmente. Isso daria mais forças e mais condições deles atuarem. A tentativa de golpe era algo aberto, eles pregavam o golpe abertamente. Tínhamos que se organizar para resistir ao golpe. Para isso precisaríamos de condições materiais para reagir. Mas Jango e Brizola nunca falaram em armamento. Discutia-se muito isso, falava-se muito sobre isso, eu acho que devia ter. Precisávamos manter a democracia. Nós nunca demos o golpe. Eles invertem isso. Mas os Grupos dos Onze tinham como finalidade pública e oficial fazer as mobilizações em favor das reformas. (SILVA, G., 2009).

Logicamente vários membros eram favoráveis ao confronto direto com os grupos conservadores que golpeassem o regime democrático. Todavia, essas pessoas sempre foram votos vencidos no movimento. Em Criciúma chegou-se a apresentar para o grupo a ideia de que armas viriam em um caixão de madeira. Essa possibilidade foi eliminada de imediato pelo restante dos membros que ameaçaram deixar o grupo se isso ocorresse (Idem, p. 156).

Ainda sobre o possível caráter militar do movimento, verificamos que em Brusque isso nunca foi colocado em pauta. Quanto à radicalização do movimento e a sua possível utilização como milícias ou grupos armados, o entrevistado demonstra claramente sua falta de conhecimento e sua estranheza. Perguntado sobre isso, Aliatar responde claramente: "Pra nós nunca falaram nada disso." (SILVA, A., 2009). Mais do que isso, durante a entrevista, Aliatar, acha curiosa essa teoria, afirmando que os membros não saberiam nem mesmo manusear armamento, na visão do membro essa possibilidade simplesmente não existia (SILVA, A., 2009).

Mesmo assim, a repressão contra os brizolistas já aparecia na mídia. Um caso que ficou conhecido na capital catarinense foi do sargento João Carlos Prats. O sargento do exército foi detido pelo fato de ser um conhecido brizolista e por ter comparecido na reunião da UNE em Florianópolis. (A GAZETA, 1964d).

Com o golpe civil-militar de 1964 os grupos são completamente desmantelados. Alguns membros teorizam sobre o que poderia ter apressado a ruptura democrática e a consequente Ditadura. Após a formação do Grupo em Herval d'Oeste, Gérson percebeu que milhares de outros agrupamentos haviam sido formados. Para ele, a formação desses grupos provocou grande preocupação nos meios militares, principalmente os que haviam participado da Segunda Guerra Mundial e haviam tido contato com as forças militares estadunidenses.

Em pouco tempo nós tínhamos milhares de grupos e isso preocupou aquela turminha que veio da Itália, que andava com Castelo Branco. Eles, vendo a rapidez que o nosso grupo crescia, não quiseram nem colocar a barba de molho, colocaram a nossa. (SILVA, G., 2009).

Após o golpe não houve nenhum caso de resistência armada dos Grupos dos Onze em nenhuma parte do Brasil. Santa Catarina não foi diferente. Como vimos durante toda nossa pesquisa os grupos não estavam armados e não tinham essa pretensão. Os membros não eram capacitados para a luta armada e não tinham isso nos seus horizontes. As influências da Revolução Cubana e o momento internacional conturbado não são suficientes para sustentar as teorias que defendem tal radicalismo. Vemos que

os grupos eram formados por trabalhadores que realmente tinham como objetivo uma “renovação política”, uma luta feita no “voto”.

Com o desmantelamento dos grupos surgiu o ressentimento com os líderes trabalhistas. Um depoimento, em especial, revelou a dificuldade com que alguns membros lidaram com o fato de Brizola ter saído do Brasil enquanto os participantes dos Grupos dos Onze eram presos. A decepção e as mágoas com a ação de Brizola ficam transparentes nos discursos.

O Brizola, para dizer francamente, se borrou. Por que com a ênfase que ele estava tinha facilidade de parar qualquer força armada sem dar um tiro. Mas ele se borrou, ele fugiu, nos deixou na “ilha da amargura”. O exército naquele tempo tinha métodos ardis, todos sabem. Eu consegui sair, mas milhares sucumbiram. (SILVA, G., 2009).

Durante um depoimento feito em Curitiba, relatado por José Laurindo, conseguimos expor, em poucas palavras, o significado do seu envolvimento com o brizolismo e suas ideias políticas. Logicamente que tal depoimento, além de cercado de forte emoção, foi resgatado de forma romântica pelo entrevistado. Contudo, Porém o relato é significativo para compreendermos o pensamento e a atuação dos membros, mostrando o envolvimento político e o seu credo na democracia política de então.

Pedi a palavra. Senhor Presidente, Vossa Excelência me cede a palavra? Pois não, levante-se! Alevantei! O quê que o Senhor quer seu José? Eu quero saber por que eu e meus colegas estamos sendo presos e processados, excelência?
O Senhor não recebeu um telegrama do Brizola?
Recebi sim, sim Sr!
E o que dizia no telegrama?
Nós unidos venceremos juntos.
E ele me perguntou:
Na guerra?
Não excelência, tenho 4 filhos pra sustentar e dar estudo. No voto! Excelência, sô! Somos presos por “subversivo”, subversão da ordem, nós acho que subversão da ordem, excelência, é esses que desobedeceram o presidente, um presidente que não tinha dois, tinha um, e nós tava respeitando ordem de um presidente, e não tinha dois, nós era ordeiro, nós não era desordeiro, nós não era subversivo, subversivos são estes que derrubaram o presidente, o ex-presidente da república, seu João Goulart! (LAURINDO, 2005).

Outra imprecisão perpetuada por muitas análises referente aos grupos é o seu alto nível de organização (GASPARI, 2002). Em todas as entrevistas verificamos que os grupos simplesmente não se correspondiam. Cada grupo fazia suas reuniões de forma individual e desconheciam até mesmo se haviam outros grupos pelo Estado ou por sua região.

Gérson Jurandir da Silva quando perguntado da relação que o Grupo dos Onze tinha com outros grupos é enfático: “Éramos o único grupo do Estado, inclusive fomos os primeiros do Brasil.” (SILVA, A., 2009). A fala ao Gérson vai de encontro da fala de Alitar da Silva, de Brusque, e de José Laurindo, de Ituporanga, que não sabiam da existência de nenhum outro grupo na região, muito menos em Santa Catarina.

Ora, como um grupo que durante dezenas de anos foi taxado como um corpo paramilitar que estaria planejando um golpe nas instituições democráticas brasileiras não possuía organização interna? Tal constatação apenas comprova a tese de que os grupos tinham um claro objetivo: formar bases político-partidárias para a aprovação das reformas de base e mobilizar a população para conter o avanço conservador na sociedade brasileira.

Vemos, portanto, que todas as fontes documentais e as memórias relativas ao período revelam um movimento que teve suas características revolucionárias supervalorizadas. A organização não teve nenhum objetivo de luta armada. Além disso, seus membros não estavam preparados para ações desse tipo, pois não tinham conhecimento para atuar como guerrilheiros ou militares. Além, é claro, de não atuarem quando necessário, durante o golpe de 1964.

É um erro relacionarmos a radicalização dos movimentos de esquerda como o motivo que levou o país a uma ditadura prolongada e violenta. O estudo dos Grupos dos Onze catarinenses demonstrou que as lutas foram promovidas dentro da democracia política de então. Não houve nenhum movimento de caráter paramilitar ou de milícias. Os grupos não tinham nem ao menos uma organização interna que permitia a coordenação e a comunicação entre os grupos. Não possuíam armas e nem estavam preparados para isso.

A deflagração do golpe e nenhuma resistência armada desses grupos demonstram também que essa ideia não se fundamenta e que, se dependesse dos Grupos dos Onze, não haviam dois golpes em andamento.

Os grupos conservadores que, bem antes de 1964, já discutiam o Golpe de Estado, utilizam os Grupos dos Onze como álibi para a radicalização dos movimentos de direita que promoviam passeatas e, dessa forma, tentavam mobilizar a opinião pública em favor de um golpe militar que estancassem os “revolucionários comunistas de Brizola.” Porém, quando desfraldaram o rompimento constitucional e colocam o país sob a égide do militarismo, encontraram pelo país apenas os “fantasmas da subversão.”

Notas explicativas

¹ Ver, além do excelente artigo suprarreferenciado, Fontes (2008).

² Vemos essas noções no artigo de John French chamado *Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos, a questão política como caso de polícia* (1920- 1964), publicado no Lara e Mendonça (2006).

³ Os Grupos dos Onze também eram conhecidos como Comandos Nacionalistas. Muitas vezes vemos a sigla G11 identificando o movimento.

⁴ *Ata para formação dos Grupos dos Onze*. Idem.

⁵ Para uma mudança no Estado alemão o governo nazista, após a vitória do Partido em 1933, entendeu como necessária uma reformulação na Constituição de 1919. Para isso um acordo entre os nazistas, o Partido Centrista Católico e o Papa Pio XI estabeleceu a mudança em cinco cláusulas. Essas mudanças deram ao governo o direito de mudar a constituição e de aprovar leis sem a aprovação legislativa, ao Chanceler o direito de revisar a legislação, ao Gabinete o direito de passar acordos internacionais e uma renovação do decreto a cada quatro anos, dependente da continuação do governo. Ver Shirer (1967).

⁶ Sistema de comunicação na Rede Ferroviária que permite a comunicação entre as diversas estações férreas.

⁷ Os Comitês Bolivarianos surgem como tentativa dos grupos ligados a Hugo Chávez de dar uma organização ao movimento popular venezuelano. Segundo Chávez, a população não desejava um movimento violento, era necessário criar um movimento político (HAMECKER, 2004, p. 43-44).

⁸ O POLOP surge da fusão de intelectuais e estudantes no final dos anos 50 que não viam com bons olhos a aproximação do PCB com a burguesia nacional.

⁹ A encíclica *Mater Et Magistra* vem no bojo do Concílio Vaticano II e as novas abordagens da Igreja para os problemas cotidianos. Na própria introdução a encíclica já define que “apesar de ter como principal missão a de santificar as almas e de as fazer participar dos bens da ordem sobrenatural, não deixa de preocupar-se ao mesmo tempo com as exigências da vida cotidiana dos homens, não só no que diz respeito ao sustento e às condições de vida, mas também no que se refere à prosperidade e à civilização em seus múltiplos aspectos, dentro do condicionalismo das várias épocas.” Indo além, a “Santa Igreja põe em prática o mandamento de Cristo, seu Fundador, que ao contemplar a multidão faminta, exclamou, num lamento sentido: ‘Tenho pena de toda esta gente’ (Mc 8,2); manifestando, assim, como se preocupa também com as exigências materiais dos povos.” (SANTA SÉ, 1961).

¹⁰ Refere-se aos Bispos católicos.

REFERÊNCIAS

A GAZETA. Florianópolis, 9 maio 1963a.

_____. Florianópolis, 23 maio 1963b.

_____. Florianópolis, 01 jan. 1964a.

_____. Florianópolis, 17 mar. 1964b.

_____. Florianópolis, 30 abr. 1964c.

_____. Florianópolis, 10 jan. 1964d.

DIAS, Manoel. Entrevistado por Diego Pacheco. Entrevista disponível no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

DUARTE, Adriano Luiz; FONTES, Paulo R. **O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953**. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth, Ed. da Unicamp, v. 11, p. 87-122, 2004.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, 2004.

FERREIRA, Jorge (Org.). **Populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945 – 66). Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

FRENCH, John. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos, a questão política como caso de polícia (1920- 1964). In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). **Direitos e Justiça sociais no Brasil**: ensaios de história social. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GOMES, Angela Maria de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

HAMECKER, Marta. **Um homem, um povo**. Hugo Chávez Frías: entrevista concedida a Marta Harnecker: Tradução Geraldo Martins de Azevedo Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. O pesquisador e a lógica histórica: contribuições do historiador E. P. Thompson para a pesquisa em educação. In: Reunião Anual da ANPED, 27., 2004, Caxambu. **27 Reunião Anual da ANPED**. Caxambu: ANPED, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El Caudillo**: Leonel Brizola: um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008.

MARTINS, Valmir. O golpe de 64: a participação do grupo civil em Florianópolis. In: DIAS, Jose Roberto de Souza. **Santa Catarina em perspectiva**: os anos do golpe. Petrópolis: Vozes, 1989.

MORAES, Denis. **A Esquerda e o Golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. CADERNOS Arquivo Edgard Leuenroth, Ed. da Unicamp, v. 11, p. 13-36, 2004.

O PANFLETO. Rio de Janeiro, n. 1, p. 14-15, 17 fev. 1964a.

_____. Rio de Janeiro, n. 6, p. 4, 23 mar. 1964b.

PHILOMENA, Gerson Luis de Boer. **Cultura do carvão em Criciúma – SC: a história que não se conta.** 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais)–Universidade do Extremo Sul, Criciúma, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTA SÉ. **Carta Encíclica de João XXIII.** Vaticano, 1961. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/>. Acesso em: 21 maio 2009.

SHIRER, William Lawrence. **Ascensão e queda do Terceiro Reich.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SILVA, Gérson Jurandyr da. Entrevistado por Diego Pacheco. Entrevista disponível no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SILVA, Aliatar da. Entrevistado por Diego Pacheco. Entrevista disponível no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

Recebido em 16 de agosto de 2011
Aceito em 15 de julho de 2012